



Tribunal dos Povos Africanos

Desmantelando o Poder das Corporações de Plantações Industriais, Construindo o Poder dos Povos!

Primeira Sessão sobre Plantações Industriais

Lagos, Nigéria, 24 a 28 de Novembro de 2020

Contexto

A usurpação agressiva de terras e a desflorestação para a expansão de plantações industriais de *agrocomodities* está a causar uma nova onda de opressão em África, com impactos devastadores nas pessoas, incluindo consequências diferenciadas e agravadas para as mulheres. Face à contínua injustiça social e ambiental em África, defender os direitos dos povos é crucial para desmantelar o poder corporativo e desafiar o modelo capitalista de expansão das plantações industriais.

A Primeira sessão do **Tribunal dos Povos Africanos** (TPA) terá lugar de 24 a 28 de Novembro de 2020 em Lagos, na Nigéria. O evento internacional de três dias organizado pela **Amigos da Terra África** tratará de casos de violação dos direitos e degradação ambiental relacionados com a expansão das *agrocomodities* em África.

Objectivos

O tribunal servirá de espaço para os defensores dos direitos humanos ambientais das comunidades e da sociedade civil exporem os impactos adversos das plantações industriais. A legitimidade do tribunal baseia-se no princípio do reconhecimento dos direitos humanos ao abrigo do direito nacional e internacional, e na recuperação e restabelecimento dos direitos dos povos afectados cujos direitos tenham sido violados impunemente de todas as regiões de África.

Os objectivos da primeira sessão do **Tribunal dos Povos Africanos** são:

- Expor os impactos sociais, de género e ambientais adversos do agronegócio industrial nas comunidades Africanas
- Visibilizar as lutas das comunidades nas linhas de frente
- Reforçar os esforços nacionais e regionais de defesa das OSC contra as plantações industriais em África e associá-las às campanhas internacionais
- Documentar casos de violações dos direitos humanos e danos ambientais por corporações de plantações industriais e os seus financiadores em África e assim mostrar a natureza sistémica e os factores internacionais por detrás dos impactos adversos
- Expor o papel dos Governos na promoção dos interesses privados das Corporações sobre o bem público em África, bem como fora dela, onde o sector financeiro e o consumo das *agrocomodities* não são regulamentados

- Aumentar a pressão sobre os decisores nos governos para que proporcionem acesso à justiça e protecção às comunidades e coloquem os seus direitos sobre os interesses instalados das corporações de plantações industriais em África.

A Estrutura do Tribunal

Ao longo de três dias, cinco jurados de renome cuidadosamente seleccionados pela Amigos da Terra África de 5 países Africanos, incluindo um vencedor do Prémio Nobel Alternativo e um vencedor do Prémio Ambiental Goldman, irão ouvir 11 casos. O júri dará um veredicto no 3º dia do Tribunal.

Dia 1: Casos de plantações de óleo de palma

Dia 2: Casos de plantações de seringueiras, eucaliptos e pinheiros

Dia 3: O Veredicto; evento Internacional dos *media*/acção de solidariedade; cerimónia de encerramento e noite social com música e actuação de artistas verdes

Dia 4: Partidas & Mais

- Partidas de: Jurados; delegados da comunidade e grupos não membros da Amigos da Terra
- delegados da comunidade da Costa do Marfim e do Gana podem proceder a um intercâmbio/visita de campo às comunidades afectadas pela PRESCO (SIAT) no estado de Edo, Nigéria
- reunião Internacional de Estratégia sobre Plantações Industriais e planos para o Próximo Espaço FECHADO TPA (**Estritamente para grupos Membros** da Amigos da Terra África, Amigos da Terra Holanda, Amigos da Terra Estados Unidos, Amigos da Terra Uruguai, Amigos da Terra Costa Rica, Amigos da Terra Indonésia...).

Os Jurados

Cinco homens e mulheres de estatuto regional e internacional foram seleccionados através de um processo transparente e inclusivo por um comité de selecção de Jurados dedicado da Amigos da Terra África que abrange a África Oriental, Central, Austral e Ocidental.

1. **Ms. Ikal Angelei** (F) – Quénia
2. **Dr. Nnimmo Bassey** (M) - Nigéria
3. **Prof. Alfred Apau Oteng-Yeboah** - Gana (M)
4. **Prof. Hamudi Majamba** – Tanzânia (M)
5. **Ms. Makoma Lekalakala** (F) – África do Sul

Os casos

Os casos propostos, os seus países correspondentes e as OSC que representam os queixosos da comunidade incluem:

1. **SOCAPALM** (Camarões): CED/Amigos da Terra Camarões
2. **SIAT** (Costa do Marfim): NGO Collective/Famienkro-Prikro Community
3. **FERONIA** (República Democrática do Congo): RIAO-RDC
4. **GOPDC** – SIAT (Gana): Amigos da Terra Gana/JVE Ghana
5. **OLAM** (Gabão): Muyissi Environment
6. **SOCFIN** (Serra Leoa): SiLNOF/MALOA

7. **Golden Veroleum Limited, GVL** (Libéria): SDI/Amigos da Terra Libéria
8. **Green Resources** (Moçambique): JA/Amigos da Terra Moçambique
9. **PZ Wilmar** (ERA/Amigos da Terra Nigéria)
10. **Green Resources** (LEAT/Amigos da Terra Tanzânia)
11. **Green Resources** (NAPE/Amigos da Terra Uganda) *Função de apoio*

O formato

O Tribunal dos Povos Africanos (TPA) sobre *agrocommodities* criará um espaço único para definir e defender os direitos dos povos por um poder popular unido em África.

A fim de ter o máximo impacto local, o TPA pretende reforçar os direitos e a defesa dos direitos das comunidades locais, dando-lhes um espaço para que contem as suas próprias histórias à sua maneira. Os casos ouvidos irão atrair apoio e solidariedade regional e internacional, bem como dar espaço para o trabalho em rede com outras pessoas impactadas em toda a África. O tribunal irá expor como o modelo do agronegócio e as plantações industriais estão a violar os direitos humanos, destruindo os sistemas alimentares locais, promovendo a perda de biodiversidade e alimentando a desflorestação em África. Reforçará as lutas contra a opressão, intimidação, coacção e violência contra homens e mulheres, comunidades rurais e urbanas, jovens e idosos em diferentes paisagens atormentadas em toda a África.

Trata-se de promover o poder das pessoas sobre o poder corporativo, dando prioridade à justiça social, ambiental e de género no meio de crescentes injustiças fundadas em interesses instalados que minam os direitos dos povos. O sector das *agrocommodities* é um dos sectores mais mortíferos do mundo para os defensores dos direitos humanos ambientais.

O Tribunal ajudará a unir as lutas dos movimentos e grupos da sociedade civil Africanos contra as actividades das corporações de plantações industriais. Este espaço único motivará e permitirá aos grupos nacionais aprender novas estratégias sobre como enfrentar a ameaça ecológica do agronegócio industrial.

E-mail de contacto:

africanpeopletribunal@gmail.com